

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	8
DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	15

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	39
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	40

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	95.675
Preferenciais	0
Total	95.675
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Extraordinária	29/03/2019	Juros sobre Capital Próprio	31/12/2019	Ordinária		0,03178

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	256.119	286.517
1.01	Ativo Circulante	152.394	155.271
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	18.602	24.396
1.01.03	Contas a Receber	132.891	129.688
1.01.03.01	Clientes	22.149	21.774
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	110.742	107.914
1.01.03.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	110.742	107.914
1.01.06	Tributos a Recuperar	21	28
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	21	28
1.01.07	Despesas Antecipadas	360	649
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	520	510
1.01.08.03	Outros	520	510
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedor	4	0
1.01.08.03.02	Outros Créditos	516	510
1.02	Ativo Não Circulante	103.725	131.246
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	49.047	49.760
1.02.01.07	Tributos Diferidos	7.983	9.439
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.983	9.439
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	40.675	40.060
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	40.675	40.060
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	389	261
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	270	261
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	119	0
1.02.03	Imobilizado	850	948
1.02.04	Intangível	53.828	80.538

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	256.119	286.517
2.01	Passivo Circulante	54.018	106.548
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.495	2.197
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.495	2.197
2.01.02	Fornecedores	6.208	6.074
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.208	6.074
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.725	17.876
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	50.170
2.01.04.02	Debêntures	0	50.170
2.01.05	Outras Obrigações	12.362	9.893
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.117	1.806
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	998	1.391
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	119	415
2.01.05.02	Outros	11.245	8.087
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	6.466	3.881
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	424	324
2.01.05.02.06	Cauções contratuais	3.831	3.343
2.01.05.02.07	Credores pela Concessão	524	539
2.01.06	Provisões	19.228	20.338
2.01.06.02	Outras Provisões	19.228	20.338
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	19.228	20.338
2.02	Passivo Não Circulante	1.908	2.458
2.02.04	Provisões	1.908	2.458
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.908	2.458
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	40	587
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	345	360
2.02.04.01.05	Provisões Regulatório	1.523	1.511
2.03	Patrimônio Líquido	200.193	177.511
2.03.01	Capital Social Realizado	98.801	98.801
2.03.04	Reservas de Lucros	78.710	78.710
2.03.04.01	Reserva Legal	19.760	19.760
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	58.950	58.950
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	22.682	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	97.476	95.183
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-56.053	-35.753
3.03	Resultado Bruto	41.423	59.430
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.082	-3.782
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.101	-3.797
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-5.466	-3.429
3.04.02.02	Remuneração da administração	-1.635	-368
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	19	15
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	34.341	55.648
3.06	Resultado Financeiro	3.102	1.150
3.06.01	Receitas Financeiras	3.214	5.047
3.06.02	Despesas Financeiras	-112	-3.897
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	37.443	56.798
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.720	-18.191
3.08.01	Corrente	-10.264	-17.161
3.08.02	Diferido	-1.456	-1.030
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	25.723	38.607
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	25.723	38.607
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,2535	0,3804
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,2535	0,3804

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	25.723	38.607
4.03	Resultado Abrangente do Período	25.723	38.607

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	58.843	54.667
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	67.664	56.110
6.01.01.01	Lucro líquido do período	25.723	38.607
6.01.01.03	Baixa de Ativo Permanente	3	0
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.456	1.030
6.01.01.05	Variação Monetária e Juros s/ Credores da Concessão	0	55
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de debêntures	702	2.948
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de mútuos e debêntures privadas	-2.736	-4.620
6.01.01.10	Despesa Financeira (valor presente)	310	211
6.01.01.11	Constituição (reversão) de Provisão Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	1.199	-1.791
6.01.01.12	Constituição (reversão) de Provisão para manutenção	10.089	3.352
6.01.01.13	Depreciações e Amortizações	30.918	16.318
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.821	-1.443
6.01.02.01	Contas a receber	-375	-3
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-1.118	50
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	289	253
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	190	-44
6.01.02.07	Outros Créditos	-6	4
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	-12.217	-16.573
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	-9	-79
6.01.02.11	Fornecedores	506	1.032
6.01.02.12	Fornecedor - partes relacionadas	-663	549
6.01.02.13	Cauções Contratuais	74	-40
6.01.02.14	Obrigações Sociais	298	272
6.01.02.15	Obrigações Fiscais	5.837	14.251
6.01.02.18	Credores pela Concessão	-15	-14
6.01.02.19	Outras contas a pagar	137	-36
6.01.02.20	Riscos cíveis trabalhistas, fiscais e regulatórios	-1.749	-1.065
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-13.728	-9.747
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-12	-9
6.02.02	Adições ao Intangível	-13.716	-9.738
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-50.909	-5.349
6.03.14	Pagamentos debêntures - principal	-50.000	-1.913
6.03.15	Pagamentos debêntures - juros	-909	-3.436
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.794	39.571
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	24.396	11.731
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	18.602	51.302

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	98.801	0	78.710	0	0	177.511
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	98.801	0	78.710	0	0	177.511
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-3.041	0	-3.041
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-3.041	0	-3.041
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	25.723	0	25.723
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.723	0	25.723
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldo Finais	98.801	0	78.710	22.682	0	200.193

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	98.801	0	88.127	0	0	186.928
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	98.801	0	88.127	0	0	186.928
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-3.078	0	-3.078
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-3.078	0	-3.078
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	38.607	0	38.607
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	38.607	0	38.607
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	98.801	0	88.127	35.529	0	222.457

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	106.008	103.762
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	101.264	97.683
7.01.02	Outras Receitas	4.744	6.079
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	3.935	5.259
7.01.02.02	Receitas acessórias	809	820
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-25.365	-17.024
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-4.696	-4.863
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.869	-2.942
7.02.04	Outros	-17.800	-9.219
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-3.935	-5.259
7.02.04.02	Custo da Concessão	-1.943	-1.773
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-10.089	-3.352
7.02.04.04	Outros	-1.833	1.165
7.03	Valor Adicionado Bruto	80.643	86.738
7.04	Retenções	-30.918	-16.318
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-30.918	-16.318
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	49.725	70.420
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.214	5.047
7.06.02	Receitas Financeiras	3.214	5.047
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	52.939	75.467
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	52.939	75.467
7.08.01	Pessoal	6.778	5.935
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.268	4.780
7.08.01.02	Benefícios	892	878
7.08.01.03	F.G.T.S.	618	277
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	18.888	27.008
7.08.02.01	Federais	13.767	22.076
7.08.02.02	Estaduais	1	1
7.08.02.03	Municipais	5.120	4.931
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.550	3.917
7.08.03.01	Juros	702	2.948
7.08.03.02	Aluguéis	69	267
7.08.03.03	Outras	779	702
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	25.723	38.607
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.041	3.078
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	22.682	35.529

Comentário do Desempenho



Itirapina, 13 de maio de 2019 – A Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., empresa do Grupo Arteris S.A., comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2019, período encerrado em 31 de março de 2019. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais e estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado

- O volume do tráfego pedagiado no 1T19 comparado ao 4T18, apresentou redução de 4,0%, devido principalmente pelo período de férias e feriados prolongados no 4T18, como também, pela desaceleração na economia brasileira, motivada pela expectativa do mercado com o novo cenário político brasileiro.
- O tráfego pedagiado no 1T19 foi de 13,2 milhões de veículos equivalentes, mesmo com os impactos gerados na isenção da cobrança de eixos suspensos determinado pelo governo do estado de São Paulo em atendimento às reivindicações dos caminhoneiros, apresentou leve aumento de 0,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior, influenciado pela extração de eucalipto na região que ocorre em caráter sazonal.

Receita Operacional Bruta

A Companhia obteve uma receita bruta total no 1T19 de R\$106,0 milhões, apresentando um aumento de R\$2,2 milhões ou 2,2% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Em relação ao 4T18, a receita bruta total, apresentou uma redução de R\$10,8 milhões ou 9,2%. As principais variações são as que seguem:

- A receita de pedágio apresentou um crescimento de R\$3,6 milhões, em comparação ao mesmo período do ano anterior, refletindo o reajuste de 2,85% das tarifas de pedágio realizado em julho/18. Em relação ao 4T18, foi observado uma redução de 4,1% ou R\$4,3 milhões, que reflete a queda do tráfego pedagiado destacado acima.
- As receitas de obras apresentaram uma redução de R\$1,3 milhão e R\$ 6,5 milhões, em comparação ao 1T18 e 4T18 respectivamente. Esta variação se deve principalmente em função da conclusão da obra de Implantação do Sistema Viário SP-225/SP-310 Itirapina. Os mesmos

Comentário do Desempenho



valores apresentados como receitas de obras são apresentados como custo de construção e não geram efeitos no resultado.

Custos e Despesas

Os custos e despesas no 1T19 (excluindo depreciação e amortização) aumentaram R\$9,0 milhões ou 38,8% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Em comparação ao 4T18, houve uma redução de R\$13,4 milhões ou 29,4%. As principais variações são demonstradas a seguir:

- Os custos dos serviços prestados, apresentou aumento de 2,7% em relação ao 1T18, reflexo do reajuste dos contratos pelo IPCA, compensados com menores custos de pavimento. Na comparação com o 4T18, houve redução de 8,1%, gerado pela diminuição no volume dos serviços de conservação da rodovia devido à restrição do poder concedente, tendo em vista o aumento do VDM (volume diário médio) no período de férias.
- As despesas administrativas, apresentaram um aumento de 61,6% ou R\$2 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, este resultado a maior, deve-se principalmente a variação referente à provisão de contingência (baixas, alterações de prognósticos, atualização de valores e entrada de novos processos). Se comparado ao 4T18, foi observado uma redução de 18,4% ou R\$1,2 milhões, devido a menores gastos com serviços de consultoria jurídica, serviços de análises técnicas, e serviços com manutenção de software.
- Na provisão de manutenção, foi observado aumento de R\$6,7 milhões se comparado ao mesmo trimestre do ano anterior, esta realização a maior se deve ao andamento das obras de sinalização da 4ª Intervenção da SP-225. Em comparação ao 4T18, a provisão de manutenção obteve uma redução de R\$6,2 milhões que é devido a conclusão das obras da 3ª Intervenção Recapeamento km 91 ao km 177 da (SP-225) e Recapeamento km 153 ao km 227 da (SP-310).

EBITDA e EBITDA Ajustado

- Em comparação ao 1T18, o EBITDA apresentou uma redução de 9,3% no 1T19 principalmente em decorrência do aumento na rubrica provisão de manutenção mencionada acima. Já o EBITDA Ajustado manteve-se estável.
- Em relação ao 4T18, o EBITDA apresentou um aumento de 5,5% decorrente da redução na rubrica provisão de manutenção. O EBITDA Ajustado apresentou uma redução de 3,6%, justificados principalmente pela queda da receita de pedágio.

Comentário do Desempenho



Resultado Financeiro

- A Companhia obteve um resultado financeiro líquido positivo de R\$3,1 milhões, representando um aumento de R\$3,0 milhões em relação ao 4T18. Em relação ao 1T18, a Companhia também obteve um aumento no resultado financeiro líquido de R\$2,0 milhões.
- Ambas as variações supracitadas acima, relacionadas aos comparativos com o 4T18 e 1T18, são decorrentes principalmente pela queda observada na despesa financeira ocasionada pela quitação do contrato da 3ª emissão de debêntures ocorrida em março de 2019. Adicionalmente, em comparação ao 1T18, houve queda na receita financeira ocasionada principalmente pelos resgates dos contratos de mútuo efetuados durante o exercício de 2018.

Lucro Líquido

- A Companhia obteve lucro de R\$25,7 milhões no 1T19, uma redução de 33,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, sendo as principais variações: i) aumento na provisão de manutenção; ii) aumento nas despesas administrativas. Em relação ao 4T18, houve um aumento de 10,1% em razão de menores despesas administrativas e redução dos custos com provisão manutenção.

Investimentos

- No 1T19 a Companhia investiu R\$6,6 milhões em ativos imobilizados e intangíveis em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão.
- Adicionalmente a Companhia teve um desembolso de R\$7,1 milhões com obras e serviços de manutenção e conservação da rodovia. Foram realizadas obras de recuperação de pavimento de toda malha concessionada, revitalização da sinalização vertical (placas) e horizontal (pintura de solo), implantação e adequação de elementos de segurança e recuperação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e passarelas), tendo como destaque, a obras de Implantação do Sistema Viário SP-225/SP-310 Itirapina.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	1T19	4T18	1T18	Var% 1T19/4T18	Var% 1T19/1T18
Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.	13.181	13.734	13.103	-4,0%	0,6%
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)					
	1T19	4T18	1T18	Var% 1T19/4T18	Var% 1T19/1T18
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	105.989	116.770	103.747	-9,2%	2,2%
Receitas de pedágio	101.264	105.585	97.683	-4,1%	3,7%
Receitas de obras	3.935	10.390	5.259	-62,1%	-25,2%
Receitas acessórias	790	795	805	-0,6%	-1,9%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(8.513)	(9.267)	(8.564)	-8,1%	-0,6%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	97.476	107.503	95.183	-9,3%	2,4%
CUSTOS E DESPESAS	(32.217)	(45.644)	(23.204)	-29,4%	38,8%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(11.220)	(12.206)	(10.925)	-8,1%	2,7%
Custo dos serv. de construção	(3.935)	(10.390)	(5.259)	-62,1%	-25,2%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(5.357)	(6.568)	(3.315)	-18,4%	61,6%
Remuneração da administração	(1.635)	(405)	(368)	303,7%	344,3%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(10.089)	(16.267)	(3.352)	-38,0%	201,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	19	192	15	-90,1%	26,7%
EBITDA	65.259	61.859	71.979	5,5%	-9,3%
Margem EBITDA*	69,77%	63,70%	80,04%		
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(30.918)	(27.997)	(16.331)	10,4%	89,3%
Depreciação de imobilizado	(109)	(158)	(114)	-31,0%	-4,4%
Amortização do intangível	(30.809)	(27.839)	(16.217)	10,7%	90,0%
RESULTADO FINANCEIRO	3.102	91	1.150	3308,8%	169,7%
Receitas financeiras	3.214	2.624	5.047	22,5%	-36,3%
Despesas financeiras	(112)	(2.533)	(3.897)	-95,6%	-97,1%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	37.443	33.953	56.798	10,3%	-34,1%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(11.720)	(10.584)	(18.191)	10,7%	-35,6%
Corrente	(10.264)	(13.004)	(17.161)	-21,1%	-40,2%
Diferido	(1.456)	2.420	(1.030)	-160,2%	41,4%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	25.723	23.369	38.607	10,1%	-33,4%
EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)					
	1T19	4T18	1T18	Var% 1T19/4T18	Var% 1T19/1T18
EBITDA ¹	65.259	61.859	71.979	5,5%	-9,3%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	10.089	16.267	3.352	-38,0%	201,0%
EBITDA Ajustado ²	75.348	78.126	75.331	-3,6%	0,02%
* A Margem EBITDA, considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras. ¹) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias. ²) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01. A Centrovias S.A. é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto registrada na CVM. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os websites ri.arteris.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em "acesso rápido", o item "ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações").					

Notas Explicativas

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Informações Trimestrais para o Trimestre
Findo em 31 de Março de 2019

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais-R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luís, km 216,8 Pista Sul. Constituída em 27 de maio de 1998, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A. A Sociedade iniciou suas operações em 11 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 16/CIC/97, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pelas Rodovias SP-310 (Washington Luís) de São Carlos a Cordeirópolis, SP-225 (Engenheiro Paulo Nilo Romano) de Itirapina a Jaú e SP-225 (Comandante João Ribeiro de Barros) de Jaú a Bauru, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação, o apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e a fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 11, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 19 de junho de 2019.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 16, de 26 de fevereiro de 2019, foi reconhecido o desequilíbrio referente à alteração do índice de reajuste de tarifa de pedágio observados no período de 01 de julho de 2015 a 30 de junho de 2017. O referido termo oficializou a prorrogação de prazo em um total de 48 dias a contar da data de 19 de junho de 2019. Dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 05 de agosto de 2019.

A Sociedade ainda possui pleitos em discussão com o poder concedente que podem alterar a data do encerramento de suas atividades.

No período findo em 31 de março de 2019 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A emissão das informações financeiras trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 13 de maio de 2019.

Notas Explicativas

2. CONCESSÕES

No trimestre findo em 31 de março de 2019 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pelo mencionado abaixo:

A Sociedade estima em 31 de março de 2019 o montante de R\$4.847 (R\$ 11.170 em 31 de dezembro de 2018) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$20.030 (R\$21.126 em 31 de dezembro de 2018) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estas obras estão estimadas em R\$32.530, as quais não estão incluídas no parágrafo acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, aprovadas em 27 de fevereiro de 2019 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais, exceto pela adoção de novos pronunciamentos contábeis conforme mencionado abaixo:

Adoção inicial do IFRS 16 – Arrendamento mercantil

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras de arrendatários e arrendadores. Objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

A Sociedade aplicou a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo modificado e as informações financeiras comparativas abrangendo esse tema não foram apresentadas.

Notas Explicativas

Todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Sociedade.

Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Sociedade.
- A Sociedade tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual.
- A Sociedade tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os arrendatários deverão reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas que se estima a saída de recursos para fazer frente as respectivas obrigações (estimado para todo o período do contrato de arrendamento), e descontada por meio de aplicação da taxa de 8,42%a.a. A Administração revisará a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacionais, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Sociedade optou por criar novos grupos patrimoniais e novas rubricas contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos, bem como evidenciar os efeitos nas rubricas do resultado.

Notas Explicativas

Política contábil aplicável antes de 1º de janeiro de 2019

Anteriormente à entrada em vigor da IFRS 16, os casos de arrendamento mercantil eram avaliados pela Sociedade sob os conceitos de arrendamento financeiro e arrendamento operacional, visando ao correto enquadramento para o reconhecimento contábil.

Arrendamento financeiro

Eram considerados financeiros os arrendamentos cujos contratos previam a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes ao ativo arrendado. Nesse caso, também eram levados em conta o prazo do arrendamento mercantil em relação à vida útil econômica do ativo, a relação do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento com o valor justo do ativo, bem como a previsão de a Sociedade obter a propriedade do ativo no final do contrato.

Arrendamento operacional

Todos os arrendamentos não revestidos das características do arrendamento financeiro eram classificados como arrendamentos operacionais. Como arrendatária, os pagamentos realizados pela Sociedade, relativos a esses contratos, eram reconhecidos como despesa do período, pelo método linear no prazo de vigência do arrendamento.

Devido ao contrato de concessão da Sociedade ter prazo de encerramento para o exercício de 2019, todos os contratos de aluguéis e arrendamentos vigentes tem prazo inferior a 12 meses. Sendo assim, não houveram impactos da aplicação o inicial do IFRS 16 nas demonstrações financeiras intermediárias.

Em 31 de março de 2019, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

	31.03.2019	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Guinchos	434	-
Veículos	77	-
Veículos operacionais	144	-
Computadores e periféricos	21	-
Imóveis	18	-
Outros	-	1
	<u>694</u>	<u>1</u>

ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. A sociedade entende que não há incertezas quanto ao tratamento dado em relação aos tributos sobre o lucro.

Notas Explicativas

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Caixa e contas bancárias	1.899	3.000
Aplicações financeiras (*)	<u>16.703</u>	<u>21.396</u>
Total	<u><u>18.602</u></u>	<u><u>24.396</u></u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 98,79% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, Certificado de depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimentos, inclusive as LFT's, são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	20.846	20.869
Cupons de pedágio a receber	576	76
Cartões de pedágio a receber	350	503
Receitas acessórias a receber	376	325
Outras receitas a receber	<u>1</u>	<u>1</u>
Total	<u><u>22.149</u></u>	<u><u>21.774</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 23 c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018 é como segue:

Notas Explicativas

	31.03.2019	31.03.2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	37.443	56.798
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(12.731)	(19.311)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	1.034	1.046
Outras diferenças permanentes	(23)	74
Total	<u>(11.720)</u>	<u>(18.191)</u>
Imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(10.264)	(17.161)
Diferidos	(1.456)	(1.030)
	<u>(11.720)</u>	<u>(18.191)</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido	
	ativo	
	31.03.2019	31.12.2018
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Provisão de participação nos lucros	975	737
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (a)	1.908	2.458
Outras provisões	66	39
Provisão para manutenção de rodovias	19.228	20.338
Pis e Cofins s/receitas	-	1.701
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	28.715	28.715
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	(27.337)	(26.037)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	23.555	27.951
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>8.009</u>	<u>9.503</u>
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Direito de concessão incorporado (b)	(76)	(189)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(76)	(189)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>(26)</u>	<u>(64)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>7.983</u>	<u>9.439</u>

- (a) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (b) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em setembro de 2006, e, até então, controlado na "parte B" do seu Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.

Notas Explicativas

- (c) A partir de 1º de janeiro de 2014 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando antecipadamente a Lei nº 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

Impostos diferidos

Ativo não
circulante

2019

8.009

8.009

Notas Explicativas

8. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

<u>Custo do imobilizado</u>	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo em 31.12.2018	914	4.105	101	667	35	5.822
Adições	3	2	-	-	7	12
Saldo em 31.03.2019	917	4.107	101	667	42	5.834
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2018	(912)	(3.835)	(100)	-	(27)	(4.874)
Depreciações	(2)	(102)	(1)	-	(5)	(110)
Saldo em 31.03.2019	(914)	(3.937)	(101)	-	(32)	(4.984)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2018	2	270	1	667	8	948
Saldo em 31.03.2019	3	170	-	667	10	850
Taxas de depreciação - a.a.	1%	12%	0%	0%	71%	
<u>Custo do imobilizado</u>	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo em 31.12.2017	914	3.943	101	667	35	5.660
Adições	-	9	-	-	-	9
Saldo em 31.03.2018	914	3.952	101	667	35	5.669
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2017	(864)	(3.380)	(100)	-	(7)	(4.351)
Depreciações	(13)	(96)	-	-	(5)	(114)
Saldo em 31.03.2018	(877)	(3.476)	(100)	-	(12)	(4.465)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2017	50	563	1	667	28	1.309
Saldo em 31.03.2018	37	476	1	667	23	1.204
Taxas de depreciação - a.a.	3%	10%	1%	0%	53%	

Notas Explicativas

9. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2018	714.644	40.280	9.474	2.412	245	-	767.055
Adições	3.936	-	-	-	-	165	4.101
Alienações/baixas	(13)	-	-	-	-	-	(13)
Saldo em 31.03.2019	718.567	40.280	9.474	2.412	245	165	771.143
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2018	(634.363)	(40.280)	(9.473)	(2.401)	-	-	(686.517)
Amortizações	(30.805)	-	-	(3)	-	-	(30.808)
Alienações/baixas	10	-	-	-	-	-	10
Saldo em 31.03.2019	(665.158)	(40.280)	(9.473)	(2.404)	-	-	(717.315)
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2018	80.281	-	1	11	245	-	80.538
Saldo em 31.03.2019	53.409	-	1	8	245	165	53.828
Taxas de amortização - a.a.	22%	0%	0%	1%			
<u>Intangível em rodovias – obras e serviços (a)</u>							
Saldo em 31.12.2017	655.689	40.280	9.474	2.410	23.372	-	731.225
Adições	1.528	-	-	1	3.729	-	5.258
Saldo em 31.03.2018	657.217	40.280	9.474	2.411	27.101	-	736.483
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2017	(557.500)	(39.718)	(9.136)	(2.268)	-	-	(608.622)
Amortizações	(16.101)	13	(84)	(32)	-	-	(16.204)
Saldo em 31.03.2018	(573.601)	(39.705)	(9.220)	(2.300)	-	-	(624.826)
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2017	98.189	562	338	142	23.372	-	122.603
Saldo em 31.03.2018	83.616	575	254	111	27.101	-	111.657
Taxas de amortização - a.a.	10%	1%	2%	4%			

Notas Explicativas

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 14.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em setembro de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Sociedade. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para ajuste ao valor recuperável dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2018. A administração vem acompanhando esta projeção com o realizado de 2019 e concluiu que não possui qualquer indicativo que pudesse requerer uma nova avaliação nesse trimestre.

10. DEBÊNTURES

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	31.03.2019		31.12.2018		
	Circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	50.207	50.207	107.793	50.000	157.793
Juros provisionados	702	702	7.434	-	7.434
Amortização de principal	(50.000)	(50.000)	(107.280)	-	(107.280)
Pagamento de juros	(909)	(909)	(7.740)	-	(7.740)
Transferência	-	-	50.000	(50.000)	-
	-	-	50.207	-	50.207
Custo de transação	-	-	(37)	-	(37)
Saldo final	-	-	50.170	-	50.170

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.03.2019	31.12.2018
3ª emissão	10.000	CDI+1,25%a.a.	mar/19	-	50.207
				-	50.207

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
3ª emissão	10.03.2017	100.000	10.000	17.03.2017	100.000
		100.000			100.000

O valor justo das debêntures registradas no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

A Sociedade classificou os juros pagos sobre debêntures como fluxos de caixa de financiamento, pois essas debêntures foram captadas e repassadas para a controladora, por meio de contratos de mútuo, para suprir a necessidade de capital de giro do Grupo Arteris.

As debêntures da 3ª emissão foram integralmente pagas em 11 de março de 2019.

Notas Explicativas

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de março de 2019 e de 31 de dezembro de 2018 e as transações realizadas em 31 de março de 2019 e de 2018, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Controladora/Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A. - controladora (b)	1.134	-
Vianorte S.A. (b)	9	25
Mútuos a receber:		
Arteris S.A. - controladora (c)	109.599	107.889
Total do ativo circulante	<u>110.742</u>	<u>107.914</u>
 <u>Ativo não circulante</u>		
Debêntures a receber:		
Arteris S.A. - controladora (e)	40.675	40.060
Total do ativo não circulante	<u>40.675</u>	<u>40.060</u>
 <u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora/Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A. - controladora (b)	998	1.391
Autovias S.A. (b)	27	97
Intervias S.A. (b)	-	210
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	92	108
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A. - controladora (d)	6.466	3.881
Total do passivo circulante	<u>7.583</u>	<u>5.687</u>

Notas Explicativas

Contas de Resultado:	31.03.2019			31.03.2018		
	Conservação da rodovia (a)	Receitas financeiras (c) (e)	Despesas gerais (b)	Conservação da rodovia (a)	Receitas financeiras (c)	Despesas gerais (b)
Controladora						
Arteris S.A.	-	2,736	(4,174)	-	4,620	(3,196)
Outras partes relacionadas						
Autovias S.A.	-	-	(90)	-	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(13)	-	-	(1,856)	-	-
Total	(13)	2,736	(4,264)	(1,856)	4,620	(3,196)

- (a) Refere-se à prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da "Holding", com base na receita das empresas do Grupo Arteris, afim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- (c) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,40% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2019		31.12.2018	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
11.06.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	55.000	6.861	55.000	5.896
07.07.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	30.000	17.738	30.000	16.993
			85.000	24.599	85.000	22.889

- (d) Juros sobre o capital próprio a pagar conforme nota explicativa 16.b.
- (e) Contratos de Debêntures Privadas com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,20% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2021, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2019		31.12.2018	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
20.12.2018	21.12.2021	CDI + 1,20% a.a.	40.000	675	40.000	60
			40.000	675	40.000	60

Além das operações anteriormente mencionadas a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$18 (R\$1.271 em 31 de março de 2018), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do período findo de 31 de março de 2019, a Sociedade reconheceu, respectivamente, o montante de R\$1.635 a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, adicionado de R\$1.145 relativo ao rateio da "Holding", que totaliza R\$490 (R\$368 em 31 de março de 2018), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$600. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

Notas Explicativas

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

12. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício, e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme a mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados na rubrica "Obrigações sociais" em 31 de março de 2019 e de 31 de dezembro de 2018, são de R\$975 e R\$737, respectivamente.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	31.03.2019	31.12.2018
Imposto de renda	7,024	8,658
Contribuição social	2,735	3,459
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	481	430
Programa de integração social - PIS	227	483
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1,048	2,529
Tributos federais retidos	296	312
Impostos sobre serviços - ISS	1,914	2,005
Total	<u>13,725</u>	<u>17,876</u>

14. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão foi liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em junho de 1998 e a última em maio de 2018. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio.

Notas Explicativas

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Valor presente		Valor real em (*)	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Circulante				
Parcela variável (a)	524	539	524	539
Total	524	539	524	539

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da Sociedade), com vencimento no último dia útil de cada mês.

O valor pago pela Sociedade no decorrer dos períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018 ao Poder Concedente foram respectivamente de R\$1.546 de parcela variável e de R\$4.927 (R\$3.436 de parcela fixa e R\$1.491 de parcela variável).

15. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	31.12.2018	Adições	Reversões	Pagamentos	31.03.2019
Cíveis	360	879	(34)	(860)	345
Trabalhistas	587	889	(547)	(889)	40
Regulatório	1.511	14	(2)	-	1.523
Total	2.458	1.782	(583)	(1.749)	1.908

	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	31.03.2018
Cíveis	3.013	1.081	(2.872)	(1.065)	157
Trabalhistas	755	-	-	-	755
Regulatório	1.448	-	-	-	1.448
Total	5.216	1.081	(2.872)	(1.065)	2.360

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e regulatórios ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$1.886 em 31 de março de 2019 (R\$2.019 em 31 de dezembro de 2018).

Os depósitos judiciais no montante de R\$270 (R\$261 em 31 de dezembro de 2018), classificado no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$42 há

Notas Explicativas

provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável, os demais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo da provisão para manutenção durante os períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>
Saldo em 31.12.2018	20.338	-	20.338
Adições/Reversões	10.089	-	10.089
Utilizações	(11.509)	-	(11.509)
Transferências	-	-	-
Saldo em 31.03.2019	<u>19.228</u>	<u>-</u>	<u>19.228</u>

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>
Saldo em 31.12.2017	9.497	3.964	13.461
Adições/Reversões	-	3.352	3.352
Utilizações	(2.819)	-	(2.819)
Ajuste a valor presente	-	211	211
Transferências	4.575	(4.575)	-
Saldo em 31.03.2018	<u>11.253</u>	<u>2.952</u>	<u>14.205</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2019, referente às manutenções realizadas, foram de R\$7.144 (R\$3.108 em 31 de março de 2018).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de março de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 é de R\$104.798, composto por 101.483.834 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$98.801 que representa 95.675.071 ações.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado, o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Sociedade propôs a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referentes ao exercício de 2018, totalizando R\$58.950 a ser deliberado na Assembleia Geral Ordinária.

Juros sobre o capital próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No período findo em 31 de março de 2019 a Sociedade distribuiu lucros antecipados sobre a forma de juros sobre o capital próprio no montante de R\$3.041, o qual incide a quantia de R\$456, referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, sendo o saldo líquido de R\$2.585, ainda não pagos, conforme mencionado nas notas explicativas nº 11 e 20.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Sociedade distribuiu lucros antecipados sobre a forma de juros sobre o capital próprio no montante líquido de R\$9.056, referente ao exercício de 2018, deste total foram pagos R\$5.185, ficando um saldo remanescente de juros sobre o capital próprio propostos e não pagos de R\$3.881, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 11 e 20.

17. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	31.03.2019	31.03.2018
Receita de serviços prestados	101.264	97.683
Receita de serviços de construção	3.935	5.259
Outras receitas	790	805
Receita bruta	105.989	103.747
ISSQN	(5.098)	(4.919)
PIS	(608)	(648)
COFINS	(2.806)	(2.991)
Outras deduções	(1)	(6)
Receita líquida	97.476	95.183

Notas Explicativas**18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Despesas:		
Com pessoal	(2.105)	(2.617)
Serviços de terceiros	(792)	(898)
Manutenção de bens e conservação	(335)	(420)
Consumo	(179)	(335)
Transportes	(81)	(102)
Seguros/Garantias	(8)	(2)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(1.199)	1.791
Comunicação e marketing	(125)	(257)
Indenizações à terceiros	-	21
Publicações legais	(171)	(173)
Depreciação / Amortização	(109)	(114)
Outros	(362)	(323)
Total	<u>(5.466)</u>	<u>(3.429)</u>
	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Custos:		
Com pessoal	(3.036)	(2.950)
Serviços de terceiros	(2.764)	(2.559)
Conservação	(2.034)	(2.340)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(282)	(154)
Consumo	(420)	(435)
Transportes	(640)	(664)
Seguros / Garantias	(412)	(296)
Ônus variável	(1.531)	(1.477)
Provisão de manutenção em rodovias	(10.089)	(3.352)
Custos de serviços da construção	(3.935)	(5.259)
Depreciação / Amortização	(30.809)	(16.217)
Amortização da Outorga	-	13
Outros	(101)	(63)
Total	<u>(56.053)</u>	<u>(35.753)</u>

Notas Explicativas

19. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	31.03.2019	31.03.2018
Receitas financeiras:		
Juros ativos	2.736	4.620
Aplicações financeiras	478	427
Total	<u>3.214</u>	<u>5.047</u>
	31.03.2019	31.03.2018
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(702)	(2.948)
Atualização montária do ônus da concessão	-	(55)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(310)	(211)
Outras despesas	900	(683)
Total	<u>(112)</u>	<u>(3.897)</u>

20. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na Demonstração dos Fluxos de Caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	31.03.2019	31.03.2018
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	3.480	4.033
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	6.466	2.616
	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(13.095)	(8.513)

21. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico do lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

	31.03.2019	31.03.2018
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro líquido do período	25.723	38.607
Número de ações durante período	101.484	101.484
Lucro por ação	<u>0,2535</u>	<u>0,3804</u>

Notas Explicativas

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações financeiras trimestrais, conforme quadro a seguir:

	Nível	31.03.2019		31.12.2018	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	18.602	-	24.396	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	22.149	-	21.774
Partes relacionadas ativas	Nível 2	-	151.417	-	147.974
Outros Créditos	Nível 2	-	520	-	510
Partes relacionadas passivas	Nível 2	-	(7.583)	-	(1.806)
Debêntures	Nível 2	-	-	-	(50.170)
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	(10.039)	-	(9.417)
Credores pela concessão	Nível 2	-	(524)	-	(539)
Outras contas a pagar	Nível 2	-	(424)	-	(324)
		<u>18.602</u>	<u>155.516</u>	<u>24.396</u>	<u>108.002</u>

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis de caixa e equivalentes de caixa estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Notas Explicativas

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI.

23. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não apresentou saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Em 31 de março de 2019, a Sociedade não apresenta saldo relevante de empréstimos e financiamentos.

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2019 a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$20.846 (R\$20.869 em 31 de dezembro de 2018) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Movemais, Conectcar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registradas na rubrica "Contas a receber".

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas

Notas Explicativas

obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2019	Total
Fornecedores e cauções contratuais	-	10.039	10.039
Fornecedores partes relacionadas	-	1.117	1.117
Credores pela concessão	-	524	524
Outras contas a pagar	-	424	424
		<u>12.104</u>	<u>12.104</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01.04 a 30.06.2019	01.07 a 30.09.2019	01.10 a 31.12.2019	Total
Fornecedores e cauções contratuais	-	7.078	1.279	1.682	10.039
Fornecedores partes relacionadas	-	1.117	-	-	1.117
Credores pela concessão	-	524	-	-	524
Outras contas a pagar	-	424	-	-	424
		<u>9.143</u>	<u>1.279</u>	<u>1.682</u>	<u>12.104</u>

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias; portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

25. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2019, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	28.953
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	155.233

(*) Por sinistro

Notas Explicativas

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 01 de abril de 2019 a Sociedade aprovou a distribuição de R\$ 4.566 sobre a forma de juros sobre capital próprio e o montante de R\$58.950 como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2018, os quais deverão ser distribuídos até 31 de dezembro de 2019.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações financeiras trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Continuidade das operações da Sociedade

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações financeiras intermediárias, que indica que a Sociedade detém a concessão para exploração de suas atividades por 20 anos, cujas operações terão continuidade até 05 de agosto de 2019. Esta situação indica que a Sociedade entrará em um processo de dormência em função do referido assunto. A Sociedade possui pleitos em discussão com o Poder Concedente que podem postergar a data do encerramento de suas atividades. Nossa conclusão não está modificada em virtude deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 13 de maio de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Centrovias S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2019.

Sergio Moniz Barretto Garcia
Diretor Presidente

Nelson Segnini Bossolan
Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Centrovias S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Sergio Moniz Barretto Garcia
Diretor Presidente

Nelson Segnini Bossolan
Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
Diretora Jurídica